

A EMERGÊNCIA DE *INFORMAÇÃO* NO PORTUGUÊS MÉDIO (1344-1483)

Marcos Gonzalez

Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro

gonzalez@jbrj.gov.br

RESUMO:

Nosso ponto de partida é a tese de Hobart e Schiffman (2000), segundo quem a introdução da escrita em “sociedades desprovidas de sistema de simbolização gráfica” (ZUMTHOR, 1993) induz à criação de objetos mentais que, reificados, existem “à parte do fluxo da fala”, tais como *informação*. Neste trabalho, verificamos se a hipótese se confirma num ambiente de “oralidade mista” como o do “português médio” (sécs. XIV-XV). Demonstramos que, na língua portuguesa, o conceito de *informação* emergiu, de fato, como item lexical da “literatura informativa”, gênero essencialmente escrito (historiográfico, jurídico) que, por sua pretensa autonomia, ganhou prestígio na corte. PALAVRAS-CHAVE: História da Informação, Linguística Histórica, Oralidade e escrita

ABSTRACT:

[The emergency of *information* in middle portuguese (1344-1483)] Our starting point is the thesis of Hobart and Schiffman (2000), according to whom the introduction of writing in “societies devoid of system of graphic symbolization” (ZUMTHOR, 1993) induces the creation of reified mental objects that exist “apart of the flow of speech”, such as *information*. In this work, we verify if the hypothesis is confirmed in an environment of “mixed orality” as the “Middle Portuguese” (14th-15th centuries). We demonstrate that, in portuguese, the concept of *information* has emerged, in fact, as a lexical item of the “informative literature”, genre essentially written (historiography, legal) that, by its alleged autonomy, gained prestige in the court.

KEYWORDS: History of information, Historical linguistics, Orality and literacy

O conceito de informação como usado no inglês cotidiano, no sentido de conhecimento comunicado, desempenha um papel central na sociedade contemporânea. O desenvolvimento e a disseminação do uso de redes de computadores desde a Segunda grande Guerra mundial e a emergência da Ciência da Informação como uma disciplina nos anos 50 são evidências disso. Embora o conhecimento e a sua comunicação sejam fenômenos básicos de toda sociedade humana, é o surgimento da tecnologia da informação e seus impactos globais que caracterizam a nossa sociedade como uma sociedade da informação (CAPURRO e HJØRLAND, 2007, p.149).

Introdução.

Estamos todos mais ou menos convencidos de que vivemos uma “mudança na tecnologia da comunicação”. Se escrevemos com aspas, é porque citamos a expressão usada por Eric Havelock (1996) para descrever a transformação na mentalidade grega nos tempos de Platão, motivada, segundo o autor, pela introdução do alfabeto três séculos antes. É cientificamente relevante, queremos crer, olhar para algumas sincronias que estejam identificadas com “mudanças na tecnologia da comunicação” e considerar os usos de *lexias* que atravessaram essas mudanças, encarando-os como dados capazes de atestar hipóteses sobre mudanças de mentalidade. Conhecer a emergência de um conceito como *informação* permite-nos entender um pouco melhor algumas transformações no espírito ocidental moderno.

Nosso ponto de partida é a tese de Michael Hobart e Zachary Schiffman (2000), segundo quem o conceito de *informação* é um efeito da introdução da tecnologia da escrita:

Voltemos 24 séculos antes do alfabeto grego, com a invenção, na Mesopotâmia do que foi, muito provavelmente, a primeira forma de escrita. Esta mudança tecnológica foi a mais importante de todas. A invenção da escrita, na verdade, deu à luz a informação em si, gerando a primeira revolução da informação. A escrita criou novas entidades, objetos mentais que existem à parte do fluxo da fala, juntamente com tentativas sistemáticas para organizar este mundo abstrato mental. Aqui encontramos as raízes da atividade que acabaria por levar os gregos a correlacionar a ordem do mundo mental com a da natureza. Assim, quando nos afastamos da cultura eletrônica, descobrimos que a nossa era da informação é apenas a mais recente de várias. De uma perspectiva histórica, talvez a única “era

da informação” merecedora do título é a primeira, ocorrida há cerca de cinco mil anos (HOBART e SCHIFFMAN, 2000, p.2)

Para esses historiadores, as interações complexas entre a tecnologia da escrita e as culturas que a introduziram produziram três “eras da informação” distintas: a clássica, a moderna e a contemporânea. Na era clássica, o aumento da alfabetização teria viabilizado o “potencial de classificação em linguagem natural” que surgira da evolução simbiótica com a escrita. Até o século IV a.C., o mundo clássico tinha produzido não apenas taxonomias numerosas e amplas (como as de Platão e Aristóteles), mas também o que poderíamos chamar de uma classificação das mentalidades, que considerava que todo conhecimento digno do nome deveria ser classificado em um sistema apropriado de categorias gerais e específicas. O resultado é um “parto duplo”: da própria *informação* e de uma nova *era da informação*.

Os estudos que buscam identificar diferenças entre culturas escritas e orais (outrora equivocadamente chamadas “mentes primitivas”) vêm de uma tradição que começa em *O Ramo de Ouro*, do sir James George Frazer (1890), até Albert Lord (*Singer of Tales*), Bronislaw Malinowski, Ernst Cassirer e Alfred Radcliffe-Brown, emergindo, sistematicamente, no início dos anos 1960, década em que foram publicadas algumas obras fundamentais para a constituição desse novo campo de pesquisas, dentre as quais *O Pensamento Selvagem*, de Lévi-Strauss, e a produção da chamada “Escola de Toronto” (Harold Innis, Marshall McLuhan, Eric Havelock, Jack Goody, Walter Ong). Os trabalhos realizados nesse período, em diversas áreas de conhecimento, como a Antropologia, a Sociologia e a Psicologia, enfatizaram o caráter oral da linguagem e as implicações, em todos os níveis, da introdução da escrita em sociedades não letradas.

A escrita se constituiria, no âmbito dessa corrente, em um discurso autônomo, fruto do pensamento analítico, que separa, por exemplo, a administração – civil, religiosa, comercial, entre outras – de outros tipos de atividades sociais. Segundo Ong, a “administração” é algo desconhecido nas culturas orais, em que os líderes interagem de maneira concreta com o resto da sociedade. A escrita permitiria também a separação da lógica, entendida como estrutura do discurso, e da retórica, esta compreendida como o discurso socialmente efetivo. Para esse autor, a escrita separa igualmente “a aprendizagem acadêmica da sabedoria, tornando possível a organização de estruturas abstratas de pensamento independentemente de seus atuais usos ou de sua integração no mundo vital”.

A visão dicotômica embutida no modelo teórico da “autonomia da escrita”

começou a ser ameaçada nos anos 80 com estudos, em especial nos EUA e na Inglaterra, que sugerem uma relação contínua entre letramento e oralidade, evitando a noção de autonomia e supremacia da escrita. O corte oralidade/escrita, nos termos da Escola de Toronto tenderia, ademais, a considerar a cultura da escrita como algo sempre positivo, muitas vezes diretamente associado às necessidades vitais de pessoas e sociedades “modernas” e “desenvolvidas”. A perspectiva traria grandes marcas do “evolucionismo”, na medida em que investigaria as sociedades contemporâneas que ainda se conservam “primitivas”, com o objetivo de encontrar nelas o que teria sido o passado da sociedade ocidental, sem levar em consideração as condições sócio-históricas concretas das diferentes culturas e as questões de caráter mais geral, como aspectos históricos, sociais, políticos ou econômicos. Em tempos pós-positivistas, já não se admite uma linearidade evolutiva que resultaria no “progresso” de todos os povos, nem a dicotomia mentalidade “pré-lógica”, incapaz de abstração, em oposição a uma “lógica”, com história, ciência, objetividade e pensamento crítico.

Afirmações como as que sustentam que somente os letrados possuem capacidade de abstração; que a introdução da escrita e, mais tarde, da imprensa, constituíram marcos divisores na história da humanidade; ou, ainda, que as culturas podem ser divididas em “orais” e “escritas”, sem que seja considerada a coexistência do oral e do escrito na mesma época e no mesmo lugar, têm sido problematizadas e investigadas com maior profundidade em vários estudos (GALVÃO e BATISTA, 2006, p.423)

A obra de Bryan Street (1993; 2006), que contempla práticas de letramento em condições tão variadas quanto o sudeste asiático no século XV, um atol do Pacífico do Sul nos dias de hoje, Nova Guiné, Madagascar ou Filadélfia, vem desafiando algumas suposições dominantes sobre as práticas de letramento ao situá-las no contexto do poder e da ideologia (que o autor chama de “modelo ideológico”) e não como uma habilidade neutra, técnica (“modelo autônomo”).

Existem vários modos diferentes pelos quais representamos nossos usos e significados de ler e escrever em diferentes contextos sociais e o testemunho de sociedades e épocas diferentes demonstra que é enganoso pensar em uma coisa única e compacta chamada letramento. A noção de que a aprendizagem de um letramento único e autônomo terá consequências pré-definidas para os indivíduos e as sociedades provou ser um mito, quase sempre baseado em valores específicos culturalmente estreitos sobre o que é propriamente o letramento (STREET, 2006, p.466).

Street (1993, p.8-10) não toma a noção de *ideologia* no sentido marxista ou antimarxista de “falsa consciência” ou “dogma”, mas vê a “ideologia como o lugar da tensão entre a autoridade e poder, de um lado, e a resistência e criatividade, de outro lado”. Essa tensão manifesta-se no uso da língua, seja na sua forma oral ou escrita. Tal visão teria a virtude de evitar a polarização da “grande divisão” oralidade/escrita e inserir as questões técnica, cultural, cognitiva e social envolvidas no letramento num todo mais amplo das relações de poder em que operam.

Defendendo-se de críticas que lhe foram dirigidas – de que com suas teses estariam praticando uma “mistura universal, colapsando as variáveis oralidade e escrita para jogá-las numa vala comum” (apud MARCUSCHI, 2001) – Street concedeu que “o modelo ideológico subsume e não exclui o trabalho desenvolvido no modelo da autonomia”. Ele não ignora as diferenças, mas sugere tratá-las como “práticas que diferem de um contexto sociocultural a outro”.

Aceito por todas as linhas investigativas é o fato de que a escrita possibilita uma relação diferente entre o conhecedor e o conhecido, na medida em que ambos se fixam de forma diversa na tradição oral e na tradição letrada:

Em certo sentido, podemos dizer que a escrita possibilitou um distanciamento do conhecido, uma atitude mais reflexiva sobre a natureza e uma forma de organizar o conhecimento com acesso continuado [...] “A escrita separa o conhecido do conhecedor”. Com isso, segundo Ong, ela promoveria maior “objetividade”. Mas o fato é que a linguagem já é uma atividade sociocognitiva que opera essa separação. O ato de nomear as coisas é a atividade mais arcaica e básica da separação aqui mencionada, e não fruto da escrita. Com a escrita, a linguagem interpôs entre o conhecedor e o conhecido um objeto que é o texto escrito (MARCUSCHI e HOFFNAGEL, 2007, p.96-98).

Sabe-se hoje que a oralidade também é capaz de realizar abstrações do mundo, mesmo abstrações *visuais*, que também contemplam funções *informativas*. Os antigos detinham, por exemplo, a noção de padrões de *mapeamento* enquanto representação abstrata, que podiam ser “tanto visuais quanto acústicos”. O lat *mappa,ae* “toalhinha, guardanapo” já significava, para os agricultores, a “representação gráfica de um terreno”. A escrita Hobart e Schiffman (2000, p.27ss) “apenas introduz uma nova forma de explicitação de um raciocínio que já existia, e não uma nova forma de raciocínio como tal”. A “fundamental diferença” entre os processos orais e letrados de abstração é, para os historiadores, “que os orais são ‘participatórios e não reflexivos’”. Com “não reflexivos”, entenda-se não por “primitivos”, mas sim que tal economia noética organiza-se em torno da “pouca distância” que o “conhecedor” tem do “conhecido”.

Entre os aspectos importantes para contemplar a fala estão o *tempo* e o *espaço*. Ambos organizam a estrutura dêitica (formas de indicar o espaço e o tempo). Contudo, há um aspecto ligado ao tempo que é crucial. Trata-se da *produção em tempo real*. Isso se liga à *presença física dos interlocutores* e organiza a gestualidade, a mímica, os olhares e os movimentos do corpo como recursos simbólicos significativos para efeitos de sentido. Também temos a *qualidade da voz* que, ao produzir o som audível, comanda a prosódia (entoação, tom, velocidade, etc.). O certo é que, no caso da produção oral, se verifica um sistema de múltiplos níveis em atuação (MARCUSCHI, 2007, p.46-47)

A antropologia demonstra que, nas culturas orais, devido à “pouca distância” entre sujeitos e objetos, não se pode separar uma ordem das “ideias” de uma ordem dos “fatos”, nem dizer que a “verdade” corresponde à captação da segunda pela primeira. O próprio procedimento lógico de “investigar” a verdade, de procurá-la “no fundo” ou “atrás”, faz pouco sentido na cosmovisão medieval (RODRIGUES, 2003). O conhecimento é conceitualizado e verbalizado sempre em referência, maior ou menor, à experiência humana. Mesmo o que seria estranho à vivência imediata é assimilado, transformado, adaptado às interações e às necessidades concretas das pessoas. A aprendizagem ocorre por meio da observação e da prática e, minimamente, pela explanação verbal (GALVÃO e BATISTA, 2006, p.410-411). Entre o século XIII e o XV, no entanto – pelo uso, repetição e reflexão sobre si – a escritura, outrora um “sistema secundário de signos, o qual refletia aquele, primário, que a voz manipula” começa a reivindicar abertamente o ordenamento de um sistema primário: “resiste, opacifica, obstrui, como uma coisa, ganha autonomia em seu modo de existência” (ZUMTHOR, 1993, p.110). É o que denominamos o “discurso *do* autônomo”.

A inovação tem início quando se percebe, pela prática, que o registro oral dos sons linguísticos pode ser armazenado de uma maneira totalmente nova, não mais dependente dos ritmos empregados para a memorização. Esse registro pode se tornar “documento, um conjunto permanente de formas visíveis, não mais construído por fugazes vibrações do ar, mas por formas que podiam ser conservadas até um posterior resgate, ou mesmo esquecidas” (HAVELOCK, 1996). Esse é um aspecto importante da escrita: seu poder de fixação do conhecimento independente dos indivíduos. Argumentaremos em favor de que *informação*, de fato, nos remete a essa noção da realidade que “mergulha raízes no dualismo sujeito-objeto” (MOISÉS, 1982, p.186). Eis a “distinção mais importante que se pode fazer”, indicam Capurro e Hjørland (p.162-163), “aquela entre informação como um objeto ou coisa [...] e informação como um conceito subjetivo, informação como signo; isto é, como dependente da interpretação de um agente cognitivo” (CAPURRO, 2008, p.4).

Muitos detalhes denunciam a *reificação* do conceito de “enformação”¹ usado no português médio, um efeito cognitivo que a escrita poderia causar. Como o *resultado* da ação de *informar*, no contexto que Capurro e Hjørland (2007, p.149) chamam de “domínio da comunicação de conhecimento”, o termo é manejado como uma *coisa* que se podia *ver, saber por, ter* ou, como era mais comum na época, *haver*. Na *Carta para as terras jugadeiras sobre o pagamento das jugadas*, de 1377, D. Fernando I, o Formoso, faz saber que «*nos auemos enformaçam que algũas pessoas que aujam e tragiam suas herdades em o nosso senhorio...*». Na *Cronica de Dom Pedro* ou na *Cronica de Dom Fernando* (de 1440-1450), Fernão Lopes fala de uma “enformaçom” que *há*, como se observa no *token* [1].

- [1] Estando el Rei presente & auendo enformaçom certa que sua molher lhe fazia maldade. entendeo que entom era tempo de a achar & tomar em tall obra (Fernão Lopes, *Cronica de Dom Pedro*)

A coisa *informação* pode ainda, desde o séc. XIV, ser “posta” em um recado, “enviada” e “vista”:

- [2] E cada hũu delles mandou dizer ao Papa que el rey dom Denis de Portugal era muy derecho e muy boo e que non avya ã Espanha outro tal como elle e que tevesse por bem de lhe ẽvyar seu recado que o fizesse. E o Papa, vẽẽdo a boa enformaçõ que lhe os reys delle mãdarom dizer, [teve por bem de o fazer e] mandoulhe per suas cartas rogar que tomasse aquelle encarrego e que faria ã ello boa obra e santa (*Crónica Geral de Espanha*, 1344).

1 Até meados do séc. XV, “informação” ocorria exclusivamente como variações da base *enform-* (*enform-*, *ẽform-* ou, excepcionalmente, *efform-*), tendo predominado até o século seguinte sobre a base *inform-*. O fato também foi constatado por Antônio Geraldo da Cunha (2007) e por Ramón Lorenzo (1968, p.210); para o galego, Xosé Salgado (2009, nota 5) encontrou, entre os dez usos arcaicos do verbo dos *corpora* do *Tesouro Medieval Informatizado da Lingua Galega* (TMILG), nove com a base *enform-* (o mais antigo em um documento de 1333) e apenas um com a forma *inform-* (de 1481), ocorrência por ele classificada de “cultista”. De fato, no latim medieval, a base *inform-* nunca deixou de ser usada pela elite letrada em toda a Europa, mas no Portugal dos séculos XII a XV, essa elite não passava de 2%, sendo a grande maioria desses ligada ao mundo religioso dos mosteiros e das dioceses e a segmentos da nobreza (MATTOS E SILVA, 2002). Alguns desses, mesmo quando eram letrados, escreviam *enform-*. Até o cronista oficial do reino de Portugal, Gomes Eanes Zurara (1410-1474), escrevia “enformaçam”. Foi como “enformação”, portanto, que *informação* emergiu no português e no galego (GONZALEZ, 2011)

O fenômeno não é exclusivo do conceito que estudamos, nem da língua portuguesa. No vocabulário do francês medieval, termos como *parole* “palavra” e *voiz* “voz” começaram a se referir “muito frequentemente a uma *coisa*, percebida e localizada, que se retém ou que nos escapa” e passaram a ocorrer, em muitos casos, como complemento de um verbo que denota uma manipulação ou um deslocamento espacial, *tenir, prendre, perdre, rendre, faire, mettre, traire (tirer), agencer, esmouvoir (remuer), tolre (ôter), rompre* e alguns outros similares. Em latim, uma circulação semântica parecida se estabeleceu entre *vox, verbum, sermo* e mesmo *locutio*, “materialidades do som que a filosofia nominalista da época [séc. XII] identificará como *flatus vocis*” (ZUMTHOR, 1993, p.110).

Para os propósitos desse artigo, adotaremos, como parâmetro de análise, a distinção sugerida por Zumthor (1993, p.18), que classifica “oralidade” de três tipos. A primeira, que denomina “primária e imediata”, não estabelece contato algum com a escrita, encontrando-se apenas “nas sociedades desprovidas de todo sistema de simbolização gráfica, ou nos grupos sociais isolados e analfabetos”. Em segundo lugar, haveria uma “oralidade mista” (ou “cultura escrita”) em que o oral e o escrito coexistem, mas a influência do escrito “permanece externa, parcial e atrasada”. Finalmente, o autor denomina “oralidade segunda” aquela que é característica de uma “cultura letrada” e se “recompõe com base na escritura num meio onde este tende a esgotar os valores da voz no uso e no imaginário”. Esses tipos de oralidade variam, segundo Zumthor, de acordo não somente com as épocas, mas com as regiões, as classes sociais e também com os indivíduos.

Tratando-se dos sécs. XIV-XV, só podemos, obviamente, observar registros escritos. É nessa face da língua que iremos procurar as “novas entidades, objetos mentais que existem à parte do fluxo da fala” que apontam, conforme Hobart e Schiffman, para aspectos de *objetivização*, de que a reificação de *informação* seria apenas um exemplo. Assim, não temos o propósito de considerar a “grande divisão” como categorias rígidas, pois o que estamos estudando não é “a comunicação humana”, nem a “língua” nem a “realidade”, mas um “modelo de mundo” do senso comum (NEVES, 2004, p.100-101). O que vamos apresentar é uma análise qualitativa em busca de respostas para a seguinte questão: considerando que *informação* é efeito da escrita, como o conceito foi apropriado no contexto de “oralidade mista” do português médio?

1. A formação da “linguagem informativa” em Portugal.

Em 1602, Pedro de Vega lembra, na sua *Segunda parte de la declaración*

de los siete salmos penitenciales, que a escrita «se inventó para ayuda y reparo de la memoria». A memória dos tempos teria sido, igualmente, a origem do ler, já que, acrescenta frei Pedro, «la memoria solo cobra fuerças todas das veces que torna a leer lo que ya desfallecía y se yva olvidando». Com efeito, é como «ayuda y reparo de la memória» que “enformação” emergirá nos vernáculos ocidentais, função que já estava associada ao item lexical desde o séc. XIII no francês e no latim provavelmente desde antes.

A necessidade de registrar informações era condizente com o gênero textual *notícia* nos primeiros séculos da língua portuguesa escrita: “os documentos particulares escritos em português até 1255 se restringem na verdade a dois gêneros, o testamento e a notícia, ou talvez apenas um, a notícia” (MARTINS, 2007, p.164). Os mais antigos testemunhos escritos do uso do português são, de fato, dois documentos notariais – *O Testamento de D. Afonso II* (1214) e a *Noticia do Torto*, um pleito judicial, ambos datados dos primeiros anos do séc. XIII. Não temos registro de “enformação” em documento notarial, mas sim do verbo “enformar” com o sentido de “noticiar”:

- [3] De foro do meyrão. Se o meyrão acaeçe q(ue) entra en casa do ueçõ da t(e)rra a maa m(en)te p(er)a p(re)nder omẽ e lo Senn(or) da cassa lj defende q(ue) nõ entre en sa casa. a maa m(en)te e o Meyrião ly lla. entra sobre defendim(en)to e lj derõpe sa casa. Sabede q(ue) nos usam(os) e teem(os) por derreyto q(ue) o meyrão o corega coma out(r) o ueçõ e se pela uent(ur)a entral. e derõper a casa cõ pugno dar #v m(a)r(avidis) e se a derõper cõ coytelho dar #X^a m(a)r(avidis) e se a derõper cõ escud(os) ou lâcas ou espadas dar #XX^a m(a)r(avidis) e destas cousas l[e]juar o Senn(or) da t(e)rra a septima. Nẽúú uecj~o uelo nõ despecado nõ seia cõtresgũdo p(er)a teer Caulho. De foro de gáado q(ue) dam a guardar o uecj~o a seu uecõ a raçõ q(ue) se p(er)der Sabede q(ue) se as uaq(ua)s grãdes ese p(r)imeyro a(n)no q(ue) las dã morerẽ q(ue) as enforme de ch(us) peq(ue)nos beçeros e se morerã Ao Segũdo anno enformarẽ dos beçeros de #ij^a annos e sse morerã Aos #iij a(n)nos enformar dos beçeros de #iij a(n)nos (*Foros de Garvão*, séc. XIV)

Eis os sinais de “um dos poucos fatos indiscutíveis” que, segundo Calvet (2011, p.114), caracterizam a introdução da escrita: trata-se de uma tecnologia “inventada” por necessidades práticas e não por necessidades literárias. A língua aparecia apta para os usos práticos da vida, embora “incolor e canhesta, condicionada pelas minutas, apertada na rigidez das tradicionais fórmulas

jurídicas ainda muitas vezes em latim, desprovida de qualquer preocupação de elegância e apenas reduzida à tarefa de registrar para fins úteis disposições legais ou vontades privadas” (LEMOS, 1997a, p.39). Vêm daí os primeiros gêneros discursivos em que “enformação” fazia sentido, tais como os *forais*, *anais*, *memórias*, *estórias*. É conspícuo, ademais, o fato de não localizarmos o termo (com o sentido de “notícia”) nos gêneros “literatura doutrinal, apologética, hagiográfica, de espiritualidade e/ou mística” de que fala Isabel Magalhães (1999).

O termo é produtivo no contexto do gênero *crônica*: entre os sécs. XIV e XVII, ocorre nas de 11 reis. A primeira “forma de explicitação” escrita de *informação* em português é a já citada *Crônica Geral de Espanha* de 1344 (*token* [2]), uma “refundação” da obra homônima de Afonso X de Castela (séc. XIII), escrita por seu neto, o conde de Barcelos, D. Pedro – “certamente o principal nobre intelectual da primeira fase do período arcaico”(MATTOS E SILVA, 2002).

A *Crônica* de D. Pedro apresenta, segundo Lemos (1997b, p.11), “apreciável relevo literário” e, pelos recursos de estilo que mobiliza – diálogos vivos, suspensões que criam expectativa no leitor, interrogações e exclamações retóricas – revela o domínio da arte de narrar que a prosa portuguesa começava a adquirir. Aproximava-se o período que Cardeira (2010) chama de “português médio” (1375-1475), cujo fato determinante é o fim do período trovadoresco, que se situa convencionalmente no ano da morte de D. Pedro (1354) e a elevação ao trono do Mestre de Avis, o monarca D. João I. A instauração da nova dinastia significava a falência da velha nobreza e a fundação da “nacionalidade” e a ruptura da unidade galego-portuguesa. No ano de 1385, em que aconteceu a batalha de Aljubarrota contra os castelhanos, Portugal dá “mostras definitivas da sua decisão de construir uma nacionalidade independente dentro da Península” (DIEZ, 2008, p.66).

As mudanças que estavam em curso, diz Ivo Castro (1993), “já borbulhavam em ambientes restritos, quem sabe mesmo se em recantos inovadores do sul”. Pela influência que Lisboa exercia sobre os hábitos linguísticos, o português culto, que na origem apresentava fortíssimas semelhanças com o galego, foi-se amoldando à fala culta da região que se situa entre as Cidades de Coimbra, sede da antiga capital, e da mais antiga e célebre universidade, e de Lisboa, a capital seguinte (ILARI, 2008, p.59). Com isso, “a desruralização da língua acontece no sentido da desgaleguização” (DIEZ, 2008). Para esse autor, a diferença fundamental com o galego-português – “de extraordinárias consequências políticas e linguísticas” – residiria, na verdade, no fato de que o “dialeto” a partir do qual se constitui a “língua” ficou fora das fronteiras

nacionais portuguesas, como variedade não oficial de um outro Estado. A “mudança de voz”, prenunciadora da “maturidade do idioma” (CÂMARA JR., 1985, p.18-19) recusava um passado que perdurava no norte, não apenas na Galiza, mas também no Entre-Douro-e-Minho. O resultado foi que a língua sofreu “um processo de *koineização*² e de emergência de ‘forças centrípetas’ (a corte, a literatura, o eixo Coimbra-Lisboa, a nacionalidade)” que centralizaram “a elaboração de um idioma nacional” (CARDEIRA, 2010).

2. A “linguagem informativa” na prosa.

No século XV, Fernão Lopes levou para a historiografia “um espírito jurídico de notário, para quem o verdadeiro e o falso se corroboram documentalmente” (SARAIVA, 1998, p.47). Como cronista régio, acumulava as funções de guarda das escrituras do Tombo, ou seja, chefe do arquivo da Coroa. Tal situação obrigava-o a passar certidões dos documentos e permitia-lhe examinar velhos papéis que serviam de base para os seus trabalhos. Era, pois, ao mesmo tempo, um escritor e um funcionário, cabendo-lhe, como ele mesmo descreve, «*poer em caronyca as estorias dos Reys e zelar pela arrumação dos actos régios e privados que se guardavam no castelo de Lisboa*» (apud SERRÃO, 1998, p.11).

Fernão Lopes apoia sua *caronyca* em muitos documentos autênticos (cartas pontifícias, acordos, como o que se estabeleceu entre o conde de Bolonha e seus aliados, correspondência diplomática, inscrições sepulcrais). Nas *Cronica de Dom Pedro, D. Fernando e D. João I*, este recurso aos documentos originais é constante, “podendo dizer-se que o cronista não atribui ao rei uma negociação diplomática, um acordo, uma determinação, sem ter à vista os respectivos documentos e muitas vezes reproduzindo, sem sequer o declarar, o formulário dos textos”, diz Serrão. Perante as contradições das narrativas, procurou seguir um método crítico: quando é possível, escolhe a que aparece confirmada por um documento autêntico; quando não dispõe dele, inclina-se para a que lhe parece mais verossímil; quando, enfim, não há razões para preferir uma às outras, expõe todas ao leitor, deixando-lhe a escolha.

A despeito da informatividade notarial ou historiográfica, as *crônicas*, até pelo menos Fernão Lopes, ainda emanam uma “extraordinária oralidade” (SARAIVA, 1998, p.59), a mesma que “caracteriza a prosa narrativa medieval”. Nas primeiras crônicas portuguesas, manifesta-se, por exemplo, um fenômeno típico da narrativa oral, em qualquer tempo e parte: sua estrutura “aditiva”. O

2 Segundo Cardeira, é o “resultado estabilizado da mistura de subsistemas linguísticos”.

exemplo dado por Walter Ong (1998, p.47-49) é Gênesis 1:1-5, que “preserva uma visível padronização oral”, com nove “e” introdutórios. Para o português do século XV, temos que, das 155 palavras do *token* [4], escolhido aleatoriamente da *Crónica Geral de Espanha* de 1344, 30 são “et” (~20%); das 133 do *token* [5], extraído da *Cronica de Dom Pedro*, de Fernão Lopes, 14 (~10%) são “&” ou “e”:

- [4] Dos ffeytos de Troylos Troylos era moy fremoso a marauilla, et era moy alegre et moy graçioso ãno rrostro, et semellaua que senpre rrija. Et era moy aposto et moy mesurado, et aujá seu cabelo lezne et ben aposto, et os ollos uerdes et cheos d’amor. Et era home de bõ entêdemento et falaua tâ ben et tâ saborosament que o amauã todos quántoslo vijã. Et auja o nariz alto por mesura et a boca ben feyta et dentes ben postos et brãcos et o queixo quadrado et o colo longo et as espádoas anchas et os peytos moyto enformados. Et auja as mãos et os braços moy ben feytos, et era ben tallado ãna çentura. Et uestíasse senpre moy ben, et estáuãlle moy ben os pãnos. Et en njh’û tempo do mûdo nûca dería pesar a neh’û, et era moy ledo et moy saboroso et moy ardido, et nûca foy desdeñador nẽ oufanioso.
- [5] E pensarom d’afonso madeira. & guareçeo & engrossou ã pernas & corpo. & uiueo alguûs ãnos emialhado do rrostro & sem baruas & morreo depois de sua natural door Como el Rei mandou queimar a molher d’affonssso andre & d’outras justiças que mandou fazer. QUem ouuio semelhãte Justiça da que el Rei fez na molher d’affonssso andre. mercador honrrado morador em lixboa. andando iustando na rrua noua como era costume quando os Reis uijnham aas çidades. que os mercadores & çidadaãos iustauom com os da corte por festa. Estando el Rei presente & auendo enformaçom çerta que sua molher lhe fazia maldade. entendeo que entom era tempo de a achar & tomar em tall obra. E per enculcas mujto escusamente foi ella tomada com quẽ aculpauam & mandouha queimar & degollar elle.

Fernão Lopes ainda fala a uma assembleia: “sentimo-lo de pé dando relevo e intenção às palavras, acentuando-as aqui e além, declamando por vezes com solenidade e balanceando-se num ritmo que faz pensar no verso épico longo e que por vezes se espraia com majestade espontânea” (SARAIWA, 1998, p.59-60). A presença do público é sensível também na voz do cronista, que “de tempos a tempos nos convida a olhar como se estivéssemos presentes”. O público o leva a certos processos didáticos, como quando esse autor chama a

atenção do ouvinte para a ordem da narrativa, uma preocupação que contrasta com seu sucessor, Gomes Eanes Zurara, membro da Ordem de Cristo, que já escreve “com a consciência de escriba”.

A Zurara coube uma nova missão: em 6 de junho de 1454, foi nomeado bibliotecário da Livraria Real que D. Afonso V, “o último rei cavaleiro”, formava nos paços da Alcaçova (SERRÃO, 1998, p.11). Sua obra constitui, nas palavras de Rita Gomes (1998, p.23), “um exemplo perfeito da unidade profunda de que se revestia o duplo labor de cronista e guarda-mor dos arquivos régios – a principal originalidade da historiografia portuguesa do século XV, se a compararmos, por exemplo, com a castelhana da mesma época”. Sua redação foi acompanhada por uma importante reforma da Chancelaria Régia, realizada sob sua própria orientação.

Mas a escrita da História ainda é apenas uma necessária “exposição” daquilo que os documentos oficiais relatam, outra forma de “autenticar os fatos, cronologicamente dispostos”. Donde a etimologia da palavra “crônica”: segundo o Houaiss (2001), que fornece outras variantes conhecidas desde o séc. XV (*caronjqua*, *coronyqua*, *cronyca*), tem origem na lat *chronica* “relato de fatos em ordem temporal, narração de histórias segundo a ordem em que se sucedem no tempo”, de *chronos* “relativo a tempo”. Daí a afirmação de Joaquim Serrão (1998, p.12) de que “a importância do cargo ressalta da circunstância de serem os cronistas a principal fonte de informação para a história do tempo”. Não só do tempo, mas também a uma “história da ordem”, como atesta um *token* do séc. XV em português:

- [6] E per o ssaber da arte memorativa bem ordenada, mais tenho que se acrecente que o contrario, como algûus dizem. Terceira, judicativa, per a qual damos boo e dereito juizo no que pensamos, veemos e ouvimos, nom desviando por amor, odio e temor, segurança, proveito, perda, prazer ou sanha, guardando tempo e ordem com devida enformaçom dos feitos, bem nos consselhando segundo tal cousa require. (D. Duarte, *Leal conselheiro*, 1437-1438)

A já citada *Crónica Geral de Espanha*³ (1344), escrita por D. Pedro, “refundava” a obra homônima de Afonso X (séc. XIII) com o argumento, apropriado do avô e tópico nos escritos medievais, de que a escrita era uma forma segura de preservação dos saberes: era preciso «*ajuntar quãtos livros*

3 O fato de se chamar “de Espanha” apenas mostra a influência que esse “país” exercia sobre Portugal. Como diz Saraiva (1998, p.44), a Espanha “era toda uma” até pelo menos 1383.

pode aver das estorias antigas em que algas cousas fossen escriptas dos feytos d’Espanha», uma vez que

- [7] o des[dem] de non quererem os homêes aprender e saber as cousas e a olvidança en que as deitam depois que as sabem f[a]zê perder malamente o que foy achado con muyto trabalho e cõ grande estudo; e outrossi polla preguiça que he ãmiiga do saber e faz aos homêes que non cheguem a elle nem busquem as carreiras per que o conheçam.

Mas os esforços desses nobres não foram suficientes para evitar a prevalência da oralidade no português médio: Garcia de Resende lamentaria, no prólogo de seu *Cancioneiro geral* (1516), “a primeira e monumental consagração impressa da poesia portuguesa” (MENDES, 1999a), que a «*natural condiçam do Portugueses é nunca escreverem cousa que façam, sendo dinas de grande memória, muitos e mui grandes feitos de guerra, pás e vertudes, de ciência, manhas e gentileza sam esquecidos*».

Um aspecto a sublinhar no conjunto das crônicas relativas ao século XV é o pouco relevo que nelas têm as referências às viagens de navegação e comércio dos portugueses. Será preciso esperar o século XVI para que surja uma historiografia desses «*feitos*». Os novos gêneros da “literatura informativa” – a dos viajantes e seus cronistas – estarão orientados definitivamente pela escrita, como não poderia deixar de ser, dado o distanciamento espaço-temporal da comunicação com o além-mar. Recordemos títulos como *Enformação das cousas da China: textos do século XVI* (D’INTINO, 1989), *Enformação das cousas do Ceilaõ*, de António Pessoa (1548) ou *Emformacao dalgumas cousas do Brasil*, de Belchior Cordeiro (1577). De caráter predominantemente descritivo, esses documentos são a única fonte de informação, por exemplo, sobre o Brasil daquele período. A carta de Pero Vaz de Caminha é um dos sete únicos documentos de 1500 conservados em Lisboa e referentes à viagem de Pedro Álvares Cabral.

3. A “linguagem informativa” na poesia.

O prestígio do galego-português como língua da poesia lírica – dominante e exclusivo no período que se estende, aproximadamente de 1200 a 1350, sobrevive e se espalha, como ainda na temática, pela produção poética do período pós-trovadoresco refletida no *Cancioneiro galego-castelhano*, recolhido e editado por Henry Lang e que encerra composições líricas pertencentes ao período que vai

de 1350 a 1450, quando as composições em prosa da mesma época já revelam notáveis progressos estilísticos e evidentes diferenças no capô da gramática e do léxico (BECHARA, 1985, p.9)

O galego-português, como se vê, foi uma língua da primitiva poesia lírica peninsular, formada de “cancioneiros”, antes de ter sido útil como uma língua notarial. Os “cancioneiros” podem ser agrupados em três categorias: as *Cantigas d’amigo*, poemas de amor com traços populares, de tradição antiquíssima, em que fala a donzela (na linguagem dos trovadores, “amigo” significa “namorado”); *Cantigas d’amor*, poemas mais eruditos, de frequente inspiração provençal, nos quais (geralmente) é o homem quem fala, e *As cantigas d’escarnho e de mal dizer*, poemas satíricos, não raro grosseiros (TAVANI, 1997; TEYSSIER, 2007). É aí que iremos encontrar pela primeira vez, no domínio do português, a palavra viva, como instrumento de expressão da sensibilidade e da mentalidade, “que está, apesar da sua artificialidade literária, muito mais próxima da linguagem oral do que do árido idioma dos documentos notariais” (LE MOS, 1997a, p.39).

No caso dos conjuntos coletivos dos séculos XV e XVI, há cancioneros enunciados em verso destinados, em princípio, a um acompanhamento da voz em forma de canto ou de recitação, mas também pelo fato de a poesia neles conservada (compilada, arrumada, registrada) se relacionar, em termos gerais, com a “cultura de corte”, instituição central no campo da cultura laica e também na religiosa. Poesia de cancionero, nesta perspectiva, “é poesia de corte”.

A designação evidencia uma óbvia evocação da ideia corrente desde o século XIII-XIV, de que era útil e necessário compilar a poesia dos trovadores que cultivavam essa poesia elevada a que aludia Dante, mormente se identificada com os meios culturais cortesões, aristocráticos ou régios, na dependência de um príncipe, porque a poesia representava um saber definido no quadro da relação do *utile* com o *dulce*, usando a terminologia horaciana (OSÓRIO, 2005, p.295)

O *Cancioneiro geral* de Garcia de Resende, por exemplo, aspirava a oferecer ao público a generalidade dos poetas e a generalidade das composições que, desde a segunda metade do século anterior, se haviam produzido nesse centro de cultura poética que era a corte régia (OSÓRIO, 2005). Numa dessas canções, *O cuydar e sospirar*, temos a ocorrência de “enformação”, o que é de causar espanto: o que estaria um item lexical característico da escrita, mais especificamente da “literatura informativa”, fazendo em uma canção?

O cuydar e sospirar, canção de 3172 versos escrita a várias mãos em

1483, é das mais antigas e seguramente a mais extensa canção do *Cancioneiro geral* de Resende. É datado e referido a uma situação histórica da corte joanina (1357-1433), mas insere-se na tradição poética provençal e galego-portuguesa chamada “amor cortês”, uma lição sobre os modos de comportamento amoroso em sede cortesã. Foi “todo escrito, talvez também dito, seguramente lido, e possivelmente com partes cantadas”. Mas o canto, adverte Margarida Vieira Mendes, “quase não deixa vestígios neste processo”: as rubricas contêm referências ao gesto de *ler* e de *ver* as *rezões* alegadas, talvez porque “houvesse uma forma mista de apresentação: troca de versos por escrito, numa primeira fase, e depois uma recitação oral, como um breve ou desafio antes das justas”.

A matriz é a *quaestio disputata*, própria dos hábitos escolásticos, e também a da competição desportiva, “um torneio desportivo, para aplauso dos jogadores, sob o fingimento da retórica forense” (MENDES, 1999b, p.20). A *quaestio*, lapidar, contém uma alternativa: qual o sintoma de sofrimento amoroso mais intenso e mais digno de crédito, o “cuidar” (da amiga) ou o “sospirar” (deixando-a)? Ao introduzir a temática amorosa, essa pergunta abre a porta à enciclopédia de argumentos de que dispunha a *inventio* dos trovadores (MENDES, 1999b, p.19).

O cuydar e sospirar combina o judicial com o epidíctico – “gênero que acaba por prevalecer na poesia”. Abunda o vocabulário do direito processual, relativo quer a ações discursivas quer a ofícios e instrumentos de tribunal, daí o *Coudel-mor*, que se apresenta “como o autor de maior competência jurídica”. Mendes cita “*petição, desembargo, feito, procuradores, requerer, alegar, contradizer; consentir, apelar, protestação, tabalião, auto, etc.*” e, a partir do *token* [8], podemos incluir “*emformaçam*”. O termo remonta a uma tradição romana preservada em nossos dicionários com a acepção *informar* como “instruir (um processo)”, tal como o uso nas *Cortes portuguesas* (1498): «*os Juizes das terras mandarom que os dictos procuradores ponham as dictas enformações nos fectos pera averem de ser vystas e enxemyradas no casso das apellações*».

- [8] Do Coudel moor há dita senhora, sobre humas testemunhas que ouve depois do feyto ser concurso, as quaes daa em favor do sospirar, em modo d'emformaçam.

Senhora, valha-me Deos,
valha-me vossa mercê,
vale-me, senhora vos,
poyz meu agravo se vê!

Huma testemunha tenho,
 que no caso desta afronta
 fara muyto o meu dereyto
 & poys inda a tempo venho,
 pagarey todo o que monta;
 manday a assentar no feyto

Se nas *tenções* medievais, a cada contendor cabia, tradicionalmente, uma estrofe, o esquema d’*O cuydar e sospirar* é mais livre. A pergunta inicial leva a um processo judiciário integral, onde a resposta à questão ganha a forma de veredito, conforme a tradição cancioneira, mas aqui o debate prolonga-se, inclui poemas independentes e vários interlocutores. Persiste “o serviço amoroso” do “amor cortês”, explica a professora Margarida Mendes (1999b): “a provação e martírio, a esperança de galardão e não correspondência da dama, a separação, os apelos, a experiência de morrer de amor e, mais raramente, o motivo da glória”. O binômio *cuidar/sospirar* parece desenvolver essa definição do século XIII: do lado da meditação, o *cogitare* > *cuidar*; do lado do sofrimento, o *sospirar*.

Cada parte do diálogo d’*O cuydar e sospirar* segue o modelo retórico: elogio inicial do adversário, argumentos ou *tenção*, refutação (*repostas*) e conclusão. As 24 cantigas servem de *concrusão* ou epílogo de cada *tenção* argumentativa. Não eram cantadas, mas “dadas, enviadas, vistas”. “Assim se vê”, conclui Mendes, “como o lirismo desta época encerra um gênio discursivo governado em grande parte pela retórica ou arte da persuasão”. Organiza-se nos moldes de um processo forense, com os seus trâmites, fórmulas e vocabulário, o que constitui novidade na história da poesia portuguesa: esta encenação discursiva serve para os poetas se exibirem perante um juiz feminino e um público de cortesãos (MENDES, 1999b, p.19).

Conclusões.

A “literatura informativa” em Portugal do período médio corrobora o que Paul Zumthor classifica de “oralidade mista” – uma “ordem particular da realidade” em que o oral e o escrito coexistem, mas a influência da escrita “permanece externa, parcial e atrasada”, uma vez que exige a “intervenção de intérpretes autorizados”. No caso do português, já se encontram vestígios de que “enformação” dispõe de autoridade *por si*. Mas a escrita não se constitui, de fato, em um discurso autônomo, com “sua própria economia, suas próprias leis de movimento e de estrutura”, como queria Ong; trata-se, ao contrário, de

um discurso *do* autônomo: ao invés de ser uma força autônoma que orienta a história, a escrita interage com a cultura por intermédio da fala, moldando e sendo moldada por ela. Não se deve falar, como já advertia Goody (2012, p.144), em um “declínio da transmissão oral”, mas pode-se afirmar que o “discurso do autônomo” em Portugal do séc. XIV, embora originalmente um registro notarial adicional à fala, foi apropriado pela língua falada na corte nos tempos de fundação do Estado Nacional.

Referências.

- BECHARA, E. *As fases históricas da língua portuguesa (tentativa de proposta de nova periodização)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, tese de concurso para Professor Titular de Língua Portuguesa, 1985.
- CALVET, L.-J. *Tradição oral & tradição escrita*. São Paulo: Parábola, 2011.
- CÂMARA JR., J. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.
- CAPURRO, R. Pasado, presente y futuro de la noción de información. In: J. M. D. NAFRÍA e F. S. ALEMANY (ed.). *¿Qué es información? Actas del primer encuentro internacional de expertos en Teorías de la Información - un enfoque interdisciplinar*. León (Spain): Universidad de León, 2008. p.1-26.
- CAPURRO, R. e B. HJØRLAND. O conceito de informação. *Perspectivas em Ciências da Informação*, v.12, n.1, 2007, p.148-207.
- CARDEIRA, E. Português Médio: uma fase de transição ou uma transição de fase? *Diacrítica*, v.24, n.1, 2010, p.75-96.
- CASTRO, I. A elaboração da língua portuguesa, no tempo do Infante D. Pedro. *Biblos*, v.LXIX, 1993, p.97-106.
- CUNHA, A. G. (ed.). *Vocabulário histórico-cronológico do Português Medieval, versão 1.0*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. 2007.
- D’INTINO, R. *Enformação das cousas da China: textos do século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989.
- DIEZ, X. C. L. Sobre a noção de galego-português. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Patrimônio cultural e latinidade*, v.35, 2008, p.61-82.
- GALVÃO, A. M. O. e A. A. G. BATISTA. Oralidade e escrita: uma revisão. *Cadernos de Pesquisa*, v.36, n.128, 2006, p.403-432.
- GOMES, R. C. Gomes Eanes Zurara. In: I. A. MAGALHÃES (ed.). *História e antologia da literatura portuguesa - cronistas do século XV (posteriores a Fernão Lopes)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, v.8, 1998. p.23-24.
- GONZALEZ, M. *Informar versus enformar: uma competição morfossemântica*

- com origem no português arcaico. *Cadernos do Congresso Nacional de Linguística e Filologia (CNLF)*, v.XV, n.º 5, t.2, 2011, p.1904-1919.
- GOODY, J. *O mito, o ritual e o oral*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- HAVELOCK, E. *Prefácio a Platão*. Campinas: Papirus, 1996.
- HOBART, M. E. e Z. S. SCHIFFMAN. *Information Ages: literacy, numeracy, and the computer revolution*. Maryland: John Hopkins University Press, 2000.
- HOUAISS, A. (ed.). *Dicionário Eletrônico Houaiss da língua Portuguesa, versão 1.0*. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss/Editora Objetiva. 2001.
- ILARI, R. *Linguística românica*. São Paulo: Ática, 2008.
- LEMONS, E. A literatura medieval: a poesia. In: I. A. MAGALHÃES (ed.). *História e antologia da literatura portuguesa - século XIII e XIV - Literatura Medieval*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, v.1, 1997a. p.39-50.
- _____. Vertentes da prosa medieval (excertos). In: I. A. MAGALHÃES (ed.). *História e antologia da literatura portuguesa - século XIII e XIV - A prosa medieval portuguesa II*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, v.4, 1997b. p.11-12.
- LORENZO, R. *Sobre cronologia do vocabulário Galego-Português*. Vigo: Editorial Galaxia, 1968.
- MAGALHÃES, I. A. Nota prévia. In: I. A. MAGALHÃES (ed.). *História e antologia da literatura portuguesa - século XV - Textos hagiográficos e místicos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, v.9, 1999. p.82.
- MARCUSCHI, L. A. Letramento e oralidade no contexto das práticas sociais e eventos comunicativos. In: I. SIGNORINI (ed.). *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001. p.23-50.
- _____. A oralidade no contexto dos usos lingüísticos: caracterizando a fala. In: L. A. MARCUSCHI e A. P. DIONISIO (ed.). *Fala e escrita*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p.57-84.
- MARCUSCHI, L. A. e J. HOFFNAGEL. A escrita no contexto dos usos lingüísticos: caracterizando a escrita. In: L. A. MARCUSCHI e A. P. DIONISIO (ed.). *Fala e escrita*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p.85-104.
- MARTINS, A. M. O primeiro século do português escrito. In: A. I. B. AGRELO (ed.). *Na nosa lyngoage galega. A emerxencia do galego como lingua escrita na Idade Media*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega/ Instituto da Lingua Galega, 2007. p.161-184.
- MATTOS E SILVA, R. V. Reconfigurações socioculturais e lingüísticas no Portugal de quinhentos em comparação com o período arcaico. In: R. V. MATTOS

- E SILVA e MACHADO FILHO (ed.). *O Português Quinhentista: estudos lingüísticos*. Salvador; Feira de Santana: EDUFBA/UEFPS, 2002. p.27-42.
- MENDES, M. V. Cancioneiro geral. In: I. A. MAGALHÃES (ed.). *História e antologia da literatura portuguesa - século XVI - Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, v.10, 1999a. p.84.
- _____. O Cuidar e sospirar na formação da poesia portuguesa renascentista. In: I. A. MAGALHÃES (ed.). *História e antologia da literatura portuguesa - século XVI - Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, v.10, 1999b. p.19-22.
- MOISÉS, M. *Literatura: mundo e forma*. São Paulo: Cultrix/Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.
- NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*. São Paulo: Paulistana, 2004.
- ONG, W. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. Campinas: Papyrus, 1998.
- OSÓRIO, J. A. Do cancioneiro “ordenado e emendado” por Garcia de Resende. *Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas, II Série*, v.XXII, 2005, p.291-335.
- RODRIGUES, J. C. *Antropologia e Comunicação: princípios radicais*. São Paulo: Editora PUC/Loyola, 2003.
- SALGADO, X. A. F. Sobre o réxime do verbo *informar* em galego. *Estudos de Lingüística Galega*, v.1, 2009, p.209-223.
- SARAIVA, A. J. Fernão Lopes (excertos). In: I. A. MAGALHÃES (ed.). *História e antologia da literatura portuguesa - século XIII e XIV - Fernão Lopes I*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, v.5, 1998. p.43-61.
- SERRÃO, J. V. Contexto histórico. In: I. A. MAGALHÃES (ed.). *História e antologia da literatura portuguesa - cronistas do século XV (posteriores a Fernão Lopes)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, v.8, 1998. p.11-17.
- STREET, B. V. *Cross-Cultural Approaches to Literacy*: Cambridge University Press, 1993.
- _____. Perspectivas interculturais sobre o letramento. *Revista Filologia e Linguística Portuguesa*, v.8, 2006, p.465-488.
- TAVANI, G. A poesia lírica na literatura hispânica do século XIII. In: I. A. MAGALHÃES (ed.). *História e antologia da literatura portuguesa - século XIII e XIV - Literatura Medieval*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, v.1, 1997. p.51-60.
- TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ZUMTHOR, P. *A Letra e a voz: a “literatura” medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.